

# **ANEXO IV**

Revisão do Descritor (Património)

## 4.11. Património

### 4.11.1. Apresentação e objetivos

O presente capítulo corresponde ao descritor de Património Cultural integrando o Estudo de Impacte Ambiental de um loteamento urbano, em fase de estudo prévio, localizada na freguesia sede do concelho de Lagoa, distrito de Faro, revisto à data de Junho de 2022.

O descritor é efetuado com base nos trabalhos realizados pela MUNTHU ARTHI, sob coordenação da arqueóloga Luciana de Jesus, sendo que os trabalhos de prospeção arqueológica foram objeto de PATA, o qual foi conferido a 30 de junho de 2021.

Conforme consta do EIA, o PATA foi pedido para determinada superfície e área que, por motivos de projeto e nos termos de competente orientação da CM de Lagoa, foi alargada substancialmente, pelo que não houve oportunidade temporal de concluir os trabalhos de campo alargados para a nova área consolidada em setembro de 2021, em simultâneo com o EIA.<sup>1</sup> A figura inscrita ilustra a área que foi objeto de PATA e a área final de projeto que corresponde à área de projeto.

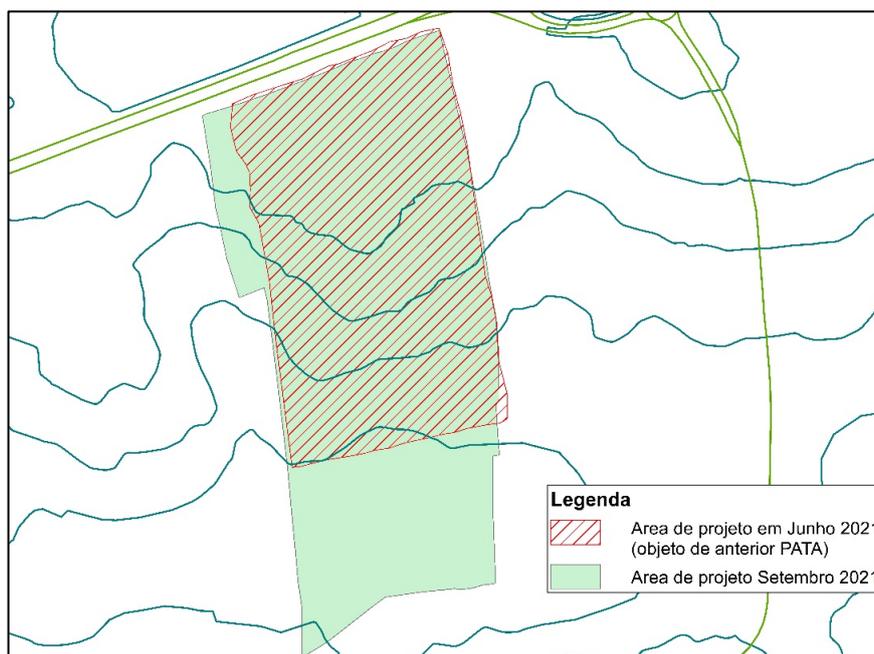


Figura 1. Área anterior de projeto, objeto da primeira PATA e atual área de projeto

FONTE: DADOS PRÓPRIOS

<sup>1</sup> Face à publicação do novo PDM de Lagoa, em final de agosto de 2021, existe a necessidade de adaptação do Plano de urbanização da cidade de Lagoa ao novo PDM, pelo que o presente loteamento terá de ficar concluído no prazo anterior à referida alteração e obrigado à entrega do EIA sem os trabalhos de campo de arqueologia estarem concluídos.

Contudo, o Relatório de Património Cultural, que inclui o resultado dos trabalhos de prospeção arqueológica, abrangem a totalidade da área de projeto, remetendo-se para o referido relatório maior detalhe de análise.

Não se viu necessidade de se efetuar uma adenda ao PATA uma vez que na área acrescida não vai haver qualquer intervenção que resulte do projeto.

O presente descritor pretende tão somente introduzir principais considerandos / conclusões que advenham do referido estudo.

De acordo com a pesquisa bibliográfica efetuada, a cronologia expectável dos vestígios a identificar, poderia enquadrar-se numa diacronia alargada que se estende desde a Pré-história até à atualidade, salientando-se que na freguesia de Lagoa e Carvoeiro, existem referências a ocorrências arqueológicas, nomeadamente numa envolvente próxima, matéria que adiante se torna.

O relatório que se apresenta constitui a súmula do trabalho, de gabinete, com o objetivo de efetuar um levantamento, tão exaustivo quanto possível, do património localizado na área do loteamento e envolvente direta.

O trabalho realizado teve por base: a consulta da bibliografia disponível, incluindo na Biblioteca de Arqueologia da DGPC, o contacto com a Câmara Municipal de Lagoa, sendo completado por trabalho de campo de prospeção arqueológica sistemática.

Pretende-se efetuar o diagnóstico da situação da área a afetar direta, e indiretamente, pelo projeto, identificar os elementos patrimoniais que pudessem vir a ser sujeitos a impacte, e preconizar as medidas ambientais consideradas adequadas à minimização de impactes negativos, e à potenciação de impactes positivos.

#### 4.11.2. Conceitos

**Património Arquitetónico** - Elementos edificados pertencentes ao domínio da Arquitetura erudita, civil e religiosa, de fâcies urbana ou rural, elaborados segundo os cânones dos diversos estilos arquitetónicos.

**Património Edificado** – Elementos edificados pertencentes ao domínio da Arquitetura popular, civil e religiosa, de fâcies urbana ou rural. Apesar de não possuírem o valor artístico do património arquitetónico o seu estilo particular, qualidade de execução e cuidado de integração na paisagem, reservam-lhe um espaço particular na caracterização da paisagem antropizada, representando a grande maioria do património edificado nacional. Correspondem à forma de

habitar o espaço, urbano e rural da população ao longo da História. Exclui-se desta categoria os elementos integráveis na categoria de património Etnográfico.

**Património Etnográfico** – Elementos de composição do património Arquitetónico e Edificado, fundamentalmente em espaço rural. Geralmente estão associados a exploração do espaço envolvente do edificado.

**Património Arqueológico** – Categoria que inscreve os bens móveis ou imóveis que pela sua antiguidade, localização e metodologia de abordagem próprias se inscrevem na alínea 2 do Artigo 74 do capítulo II da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, subdividida nas categorias definidas no *Thesaurus* (Base de Dados da responsabilidade da Direção Geral do Património Cultural - DGPC).

### 4.11.3. Questões metodológicas

Os trabalhos desenvolvidos para o património cultural respeitaram a seguinte metodologia, desenvolvida em três fases sequenciais:

#### **1.º FASE – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Numa primeira fase efetuou-se uma pesquisa bibliográfica, tão exaustiva quanto possível, em sítios e bases de dados existentes, fundamentalmente ligadas a instituições oficiais como a DGPC, IHRU, entre outras, com o objetivo de recolher dados sobre o património conhecido na área de estudo e atualizar dados sobre o património cultural passível de ser afetado.

Contactou-se ainda a CM de Lagoa e observaram-se os extensos trabalhos enquadrados na revisão do PDM de Lagoa, que compila a informação relativa ao património do concelho.

#### **2.º FASE – Trabalho de Campo**

Efetuoou-se trabalho de campo de prospeção arqueológica sistemática integral da área em estudo, com o objetivo de identificar elementos patrimoniais, nas categorias arqueológico, edificado e etnográfico, não referenciados na bibliografia consultada e potencialmente sujeitos a impacte pelas ações de construção necessárias para a edificação da urbanização.

Contudo, desde já se esclarece que parte significativa da área em estudo, não apresenta boas condições de visibilidade, uma vez que se encontra sob aterro recente, facto que em nada fará mudar as conclusões do estudo da componente arqueológica, que determina condicionantes de salvaguarda de património que eventualmente se venha a detetar em fase de obra.

### 3.º FASE – tratamento dos dados e elaboração do relatório final

No relatório dos trabalhos de arqueologia compilam-se todos os dados recolhidos, de forma a poder realizar o diagnóstico da situação de base. O relatório inclui os dados do trabalho efetuado e todos os elementos fotográficos recolhidos.

O relatório é enquadrado por uma integração histórica/patrimonial da área em estudo, ao nível local e regional. Do referido relatório faz parte o Anexo I – Quadro Síntese do Trabalho Efetuado e Anexo II – Elementos cartográficos.

No EIA, no presente descritor, é efetuada a necessária síntese deste relatório, a completar nos termos referidos.

#### 4.11.4. Enquadramento

A área que é hoje o município de Lagoa encontrava-se integrada no concelho de Silves tendo-se autonomizado e constituído como concelho por alvará régio de D. José, datado de 16 de janeiro de 1773, tendo então por termo os lugares de Estômbar, Mexilhoeira da Carregação e Ferragudo.

Os testemunhos conhecidos permitem estabelecer a continuidade da presença no território desde época remota e correspondem ao aparecimento de pequenos seixos quartzíticos bem rolados e achatados, talhados de forma rudimentar. Destes achados, recolhidos à superfície e *in situ* de alguns locais da orla litoral, destacam-se os identificados na foz da ribeira de Vale de Engenho ou de Porches, documentando a existência de indústrias paleolíticas arcaicas. O conjunto lítico aí identificado inscreve-se *“entre os representantes das mais antigas indústrias encontradas em território nacional, as quais, por seu turno, pertencem ao grupo dos mais recuados testemunhos humanos em solo europeu, contando com mais de um milhão de anos”* (GOMES *et al.*, 1995, p. 12).

Em face de elementos obtidos em prospeções, conclui-se que no decurso do Epipaleolítico, grupos humanos ocuparam o território, não apenas no litoral, sugerindo o aproveitamento abrangente dos recursos naturais disponíveis (*cf.* GOMES *et al.*, 1995, p.14).

Com a crescente importância da agricultura durante o Neolítico final o *habitat* destas comunidades torna-se mais estável. Surgem então vestígios de sepulcros no Barrocal e no Litoral, mostrando enterramentos coletivos.

Assinale-se ainda o fenómeno megalítico que se desenvolve ao longo do período Neolítico, desde os seus alvores (finais do VI milénio A.C) até à implantação das primeiras sociedades calcolíticas, expresso através da descoberta de menires com formas, dimensões e decorações

variadas, designadamente nos povoados de Caramujeira e Areia das Almas, onde foram recenseados cerca de meia centena de exemplares. Apesar destes monumentos não se encontrarem hoje *in situ*, jazendo fora de contexto, alguns testemunhos afiançam que estavam organizados em conjuntos de três, quatro e cinco elementos, à semelhança do que foi verificado noutros pontos do Barlavento (Lagos e Vila do Bispo), sendo potencial indício de sedentarização e reflexo de atividades sócio religiosas que se desenrolaram durante todo o Neolítico (*cf. ibidem*, p. 19).

Desconhecem-se, até ao presente, estações arqueológicas calcolíticas no concelho de Lagoa, sendo possível que possam ainda surgir em zonas hoje muito urbanizadas ou transformadas. No monte onde se instalou a povoação de Estômbar, pelo menos desde a Idade Média, têm sido exumados artefactos avulsos desse período, não sendo de admirar que aí se situasse um povoado, considerando as características dos mesmos (geralmente localizados em cumes, junto a cursos de água e de terrenos com boa capacidade agrícola).

Igualmente restrita é a informação relativa à Idade do Bronze (2000-800 A.C.), sendo essencialmente baseada na existência de necrópoles, entre elas as que foram dadas a conhecer em Bemparece, Porches Velho e Crastos. Contudo, não se detetaram os habitats correspondentes a tais jazidas, conhecendo-se apenas alguns exemplares esparsos de artefactos de cobre/bronze.

Atribuível ao Bronze Final é o importante espólio recolhido na extensa gruta-santuário, conhecida como Furna dos Mouros ou Gruta de Ibn Amar, incluindo um machado de cobre/bronze, uma taça e outros fragmentos cerâmicos contendo decoração, possivelmente constituindo oferendas a divindades (*cf. ibidem*, p. 20).

À 1ª Idade do Ferro (séculos VIII-VI A.C.) pertence o conteúdo de uma sepultura descoberta em finais do século XIX nos arredores de Lagoa, que continha adornos (xorca, pendentos, bracelete e outros), fragmentos cerâmicos e armas de ferro, que, entretanto, se perderam. As suas características eram orientalizantes, semelhantes ao espólio de outras necrópoles do Sul, devendo ter chegado através do comércio fenício.

As boas condições portuárias e de fundeadouro no estuário do Arade terão motivado a implantação de importantes complexos de salga e conserva de peixe na época romana. Precisamente, junto à foz, Estácio da Veiga investigou uma *villa* com expressivo núcleo industrial na **praia da Angrinha**, servida pelo curso de água do Vale da Areia (*cf. ibidem*, p. 22).

Juntamente com outros indícios no **Vale da Amargura** e no **ilhéu do Rosário**, onde se observam estruturas de lagariças e materiais associados à salga e transporte de peixe, são elucidativos da intensa atividade económica processada no estuário do Arade durante o período romano os materiais extraídos do seu leito a partir de dragagens efetuadas. Destaca-se o conjunto

considerável de ânforas, mais ou menos completas, cuja amplitude cronológica varia entre os séculos II-I a.C e os séculos III-V d.C. As mesmas dragagens entregaram outros objetos cerâmicos e inúmeras moedas romanas, testemunhando a importância do Arade na atividade económica naquele período, bem como das populações fixadas nas suas margens. A partir desta via fluvial, canalizavam-se os produtos agrícolas e mineiros para outros portos marítimos.

Na proximidade da ponta da Senhora da Rocha, na zona de **Porches Velho**, é possível que se erguesse um templo visigótico. Assim se explica a reutilização de alguns elementos antigos na ermida quinhentista aí construída. Tratar-se-ia de um local de culto, não sendo de excluir a hipótese de ter existido um núcleo urbano nas imediações.

Toda a vasta zona designada pelos muçulmanos de *Garb al-Andaluz* (o ocidente do Andaluz) foi ocupada por estes a partir do ano 711, tendo-se Silves, afirmado como um dos mais destacados centros islâmicos do Algarve com grande prosperidade, sobretudo durante o período almóada (século XII). Pela proximidade o território de Lagoa esteve sempre muito ligado a Silves, da qual dependia, contribuindo para a prosperidade desta pela fertilidade dos campos e sal obtido nas salinas e pela sua posição, constituindo uma primeira linha de defesa da cidade.

Com o avanço das posições cristãs durante o século XII, os muçulmanos reforçaram os seus dispositivos de defesa, tanto em Silves, como nas suas imediações, sabendo-se que na área do atual concelho de Lagoa existiram duas importantes povoações defendidas por castelo: **Estômbar e Porches**.

Os muçulmanos mantiveram as explorações agrícolas que na antiguidade serviam as *villae* romanas, acrescentando novas espécies frutícolas e hortícolas, bem como novas técnicas e modos de trabalhar a terra, com realce para os processos de captação, armazenamento de água e irrigação.

A reconquista cristã, por sua vez, trouxe uma natural diminuição do comércio e dos contactos com os portos mediterrânicos controlados pelos islâmicos.

Em 1266, foi atribuído foral a Silves pela Coroa reserva para si as **salinas**, algumas das quais situadas no território de Lagoa, na margem esquerda do rio Arade. A **atual cidade de Lagoa** seria neste tempo um pequeno núcleo urbano, possivelmente de origem muçulmana, sendo mencionados no texto do foral os “reguengos de Lagoa e de Arrochela”. Através da agricultura a povoação irá adquirir cada vez mais relevância, não sendo alheia, a sua proximidade ao estuário do Arade – uma importante via por onde convergem significativos negócios e mercadorias.

Nos finais da Idade Média acentua-se a expressão urbana de Lagoa que, em meados do século XV (1469), é considerada “*aldeia*”. O alcaide-mor de Silves, Henrique Moniz, é então autorizado

por D. Afonso V a construir aí um ou dois fornos de pão para todos os moradores, beneficiando aquele da renda deles (cf. GOMES et al., 1995, p. 26).

O projeto de expansão portuguesa para o norte de África e de exploração marítima do Atlântico eleva o valor estratégico do Algarve, potenciando a sua economia, assim como o desenvolvimento urbano e crescimento demográfico. Pela foz do Arade começam a chegar, cada vez mais, produtos oriundos do comércio ultramarino e originários da Europa atlântica e mediterrânica. Devido a este surto económico, apesar de alguns momentos de crise, Lagoa cresce em termos urbanos contando cerca de trezentos vizinhos em 1577.

Datam deste século algumas casas que ainda hoje se conservam, evidenciando a importância do aglomerado, sendo neste período fundada a **igreja matriz de Nossa Senhora da Luz** (a qual conserva um portal manuelino na torre sineira), bem como a **ermida de S. Pedro** e o **convento de Nossa Senhora do Carmo** (1550).

Tanto Frei João de São José, em 1577, como Henrique Sarrão, em inícios do **século XVII**, aludem à importante **obra de drenagem das lagoas** que deram o nome à povoação, sem, todavia, referirem a sua data ou antiguidade. É possível que a operação que transformou os solos limítrofes em “*terras lavradas*”, favoráveis para cerealicultura, tivesse já então muitos anos, apagando da memória a data da sua realização.

A **expressão urbana** também se acentuou noutros centros do atual concelho, como Estômbar, e em menor grau, Porches. Em Estômbar a **igreja matriz** teve remota fundação, sendo remodelada em época manuelina. Mais tarde é fundada a **Misericórdia** (1586), com origem num hospital mandado edificar em 1531. Em Porches a **igreja matriz** remonta também ao século XVI e, a poente da povoação, existia uma ermida dedicada a São Sebastião, que veio a ser destruída pelo terramoto de 1755. Igualmente quinhentista é a **matriz de Ferragudo** (c. 1520), época em que D. Leonor instituiu a povoação, a qual era defendida por uma muralha erigida entre 1502 e 1538, a mando do bispo D. Fernando Coutinho.

Com a Restauração, em 1640, os espanhóis convertem-se em inimigo e assim elevando as preocupações com a defesa do território conduzindo a que, ao longo de vários anos dessa conjuntura, se tivesse promovido a construção, remodelação ou restauro de diversas fortificações costeiras. De assinalar nos finais do século XVI, a poente de Armação de Pêra, a construção da **fortaleza de Nossa Senhora da Rocha** num esporão rochoso, com muralha abaluartada, num local conhecido pela *almadrava* (pescaria de atum) ali existente e onde, em 1564, um ataque mouro causara grande perigo. Possivelmente do mesmo tempo e por razões semelhantes foi erigida uma **torre de vigia**, um pouco a nordeste do farol de Alfanzina, de que só restam alguns alicerces. No morro sobranceiro à praia de Carvoeiro, importante centro

piscatório, foi construído o **forte de Nossa Senhora da Encarnação**, entre 1670-75, de planta poligonal irregular, com baterias voltadas ao mar.

A nascente de **Ferragudo**, no cimo da arriba, foi erguida a **torre da Lapa** ou da Marinha (século XVII?), funcionando como dispositivo de alerta da aproximação de piratas. Na margem esquerda do Arade, a sul de Ferragudo, ergue-se a já muito alterada fortaleza de S. João Baptista (1643-44), a qual na sua origem terá assegurado a defesa da barra e da navegação fluvial.

Em inícios do **século XVII** é fundado o **convento de S. Francisco**, junto a Estômbar, hoje em ruínas. E em inícios do século seguinte, é construído o **convento de São José**, em Lagoa.

O sismo de 1755 causou estragos em todo o Algarve, tendo danificado grande parte do património arquitetónico, especialmente o mais antigo e vulnerável. A reconstrução de alguns edifícios levou anos, implicando a renovação de estilos. O desenvolvimento verificado traduz-se no aumento demográfico, conduzindo a que Lagoa, por altura do interrogatório paroquial de 1758, tenha mais de dois mil e trezentos habitantes distribuídos por setecentos e sessenta e oito fogos.

O crescimento de Lagoa e do seu entorno, conjugado com as preocupações pombalinas com o desenvolvimento económico do Algarve, levaram à adoção de medidas administrativas durante o reinado de D. José I. Neste sentido, por alvará régio de **16 de janeiro de 1773**, o **lugar de Lagoa é desanexado do termo de Silves e elevado a vila**, dando-se-lhe por termo a própria freguesia, mais a de Estômbar e Ferragudo (unindo-se a de Porches em 1834). A **criação do concelho** é justificada com o desejo de evitar entraves burocráticos e de impulsionar as potencialidades do território. O “notável lugar de Lagoa”, como é então designado, possuía bons terrenos agrícolas e portos de pesca que podiam ser mais bem rentabilizados. Além dos benefícios para os moradores, a Coroa saía favorecida com a recolha de impostos sobre as atividades em desenvolvimento.

A decisão régia proporcionou à média burguesia rural, que prosperava em Lagoa e Estômbar graças aos rendimentos agrícolas, o desempenho de cargos públicos ao nível da autarquia, com consequente aumento da importância social dos que os desempenhavam, quase sempre em acumulação com os rendimentos da terra (cf. COUTINHO, 2006, p. 6).

À entrada para o século XIX a população do concelho crescera contando-se, em 1801, uns expressivos quatro mil novecentos e três habitantes.

Em princípios do século XX o Arade continua a ser a grande via de transporte de mercadorias, em especial da cortiça produzida no interior serrano e transformada em Silves. Pela Mexilhoeira da Carregação circulam embarcações carregadas de cortiça, em grande parte destinada à exportação, através do porto de Portimão.

Também na primeira metade de novecentos desenvolve-se a **indústria conserveira**, vindo esta complementar uma economia centrada na agricultura, na pesca e na salinicultura. Todavia, sem grande longevidade. No Parchal, Ferragudo e na Mexilhoeira da Carregação encontramos hoje as ruínas dessas fábricas, laborando algumas até há algumas décadas (cf. COUTINHO, 2006, p. 6).

A partir da **segunda metade do século XX** a crise da indústria conserveira e das atividades tradicionais, como a agricultura, transformou a vida das populações, desenvolvendo-se o **turismo** como principal recurso económico do concelho, com aproveitamento da sua extensa costa e da riqueza do seu património natural.

#### 4.11.5. Património imóvel

A consulta à base de dados da Direção Geral do Património Cultural permite sistematizar a informação relativa ao património classificado e em vias de classificação. Da consulta ao mesmo, verifica-se que no concelho de Lagoa existe um conjunto de quatro elementos do património arquitetónico classificado, e um quinto, em vias de classificação, sistematizados no quadro seguinte, sublinhando-se que a área de projeto não integra nenhum destes elementos, bem como, não integra as respetivas zonas especiais de proteção.

Quadro 1. Património Imóvel classificado ou em vias de classificação no concelho de Lagoa

FONTE: DGPC

Designação		Situação Atual	Categoria de proteção	Tipologia
Igreja Matriz de Estômbar		Classificado	MN	Arquitetura Religiosa
Forte e Capela de Nossa Senhora da Rocha		Classificado	IIP	Arquitetura Religiosa e Militar / Conjunto
Castelo de S João do Arade		Classificado	IIP	Arquitetura Militar
Torre da Lapa		Classificado	MIP	---
Convento de St. António		Em vias de Classificação	IIM	Arquitetura Religiosa

O relatório de património cultural identifica ainda um conjunto de outros elementos relevantes do património imóvel do concelho, para o qual se remete.

Consultados os elementos que compõem o procedimento de revisão do PDM de Lagoa, constata-se ainda que da lista inventariada de património construído relevante para o município, salvaguardado pelo disposto no Capítulo VIII relativo ao *Património Cultural*, nenhum dos elementos que o compõem coincide ou integra a área de projeto.

Neste âmbito, dispõe o n.º 1 do art. 20.º que para além dos bens imóveis classificados, é identificado no concelho de Lagoa um conjunto de bens imóveis de interesse patrimonial, constituído pelos bens culturais que pertencem à paisagem cultural do concelho e que constituem um recurso, cujas características e importância no quadro histórico e identitário

importam proteger e salvaguardar mediante uma estratégia integrada de conservação, restauro, reabilitação e valorização.

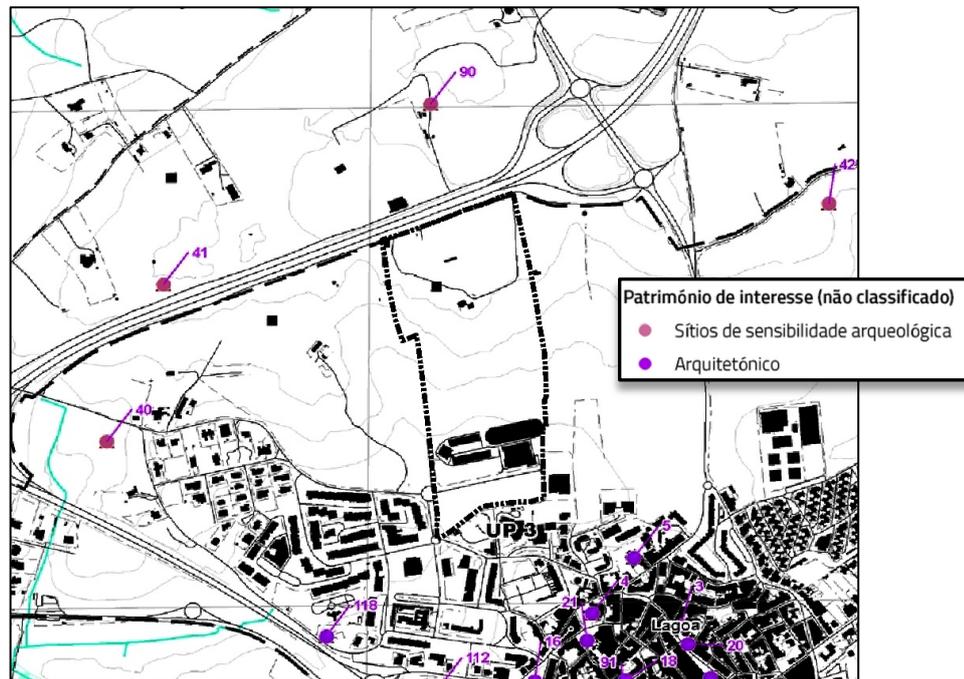


Figura 2. Integração da área de projeto na carta de Estrutura Ecológica e Património da Revisão do PDM de Lagoa  
FONTE: CM LAGOA (2021)

Contudo e conforme consta na figura, existem nas proximidades da área de projeto quatro locais identificados na base de dados Endovélico de património arqueológico, classificados e identificados com o Código Nacional de Sítios (CNS) 18754, 10813, 18748, 10810, identificados na figura com os números 40, 41, 42 e 90 respetivamente.

**A sistematização da informação relativa a estes sítios encontra-se no quadro seguinte:**

Quadro 2. Sítios Arqueológicos na envolvente da área de projeto

FONTE: DGPC (2021)

CNS	Tipo	Período	Distância à área de projeto	Descrição
10810	Vestígios de Superfície	Mesolítico e Neolítico		Planalto de areias quaternárias onde se recolheram artefactos de pedra lascada, mós e fragmentos de cerâmica neolítica
10813	Estação de Ar Livre	Mesolítico		Mancha de dispersão à superfície, referenciada durante as prospeções efetuadas no local. O espólio recolhido consistia em alguns artefactos líticos e cerâmicos atribuíveis ao neolítico. Aquando da construção de um lanço da estrada do IC4 nessa área (ligação de Lagoa à via do infante), procedeu-se à realização de sondagens preventivas, como forma de atestar a existência de eventuais vestígios de povoamento do período cronológico em questão. A conclusão dos trabalhos não confirmou a hipótese inicial, e após sondagens adicionais e complementares foi concluído pela inexistência de quaisquer terços da ocupação humana.
18748	Povoado	Medieval Islâmico e Cristão		No local previvem, presentemente, restos de muros dispersos e, em particular, abundantes fragmentos de cerâmica muçulmana e medieval portuguesa, com aspeto rolado
18754	Alcaria	Medieval. Islâmico		Alcaria situada a cerca de 1Km noroeste de Lagoa e que se encontra referida no "Livro do Almojarifado de Silves". Da anterior povoação subsistem, ainda restos de alicerces e fragmentos, rolados, de cerâmica medieval

O CNS 10813 encontra-se na maior proximidade da área de projeto, encimando-a pese embora na atualidade entrecortada pelo acesso de Lagoa à via do Infante.

Os trabalhos de sondagens e prospeções consolidaram a inexistência efetiva de povoado no local, ocorridos aquando da construção daquela via.

Contudo, anteriormente àqueles trabalhos “... recolheram-se artefactos de pedra lascada, mós e fragmentos de cerâmica neolítica.”

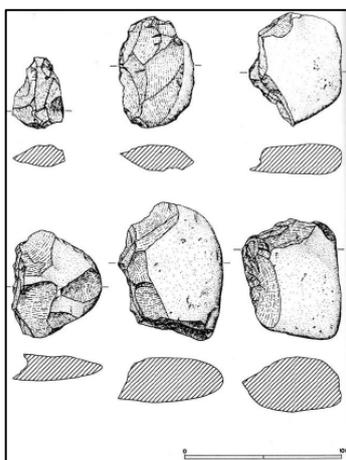


Figura 3. Extraído de Gomes et al (1995)

Os artefactos lascados, de talhe languedocense ocorriam sobre complexo argiloarenoso, consolidado e de cor avermelhada, de idade pliocénica, muito provavelmente provenientes da base das areias holocénicas.

As indústrias encontradas utilizam seixos, predominantemente de grauvaque, estando presentes, no entanto, seixos de xisto silicioso, muito fino, e lascas de cherte. Descobriram-se raspadores, de talhe uni ou bifacial, um deles mostrando denticulado, uma ponta sobre lasca e uma raspadeira nucleiforme.” (Gomes et al.,1995)

#### 4.11.6. Resultados

##### **Inventário dos elementos patrimoniais identificados na área em estudo**

Relativamente ao Património Arqueológico, apenas foi identificado, no interior da área prospectada um elemento considerado de valor arqueológico e caracterizado no Anexo I do Relatório de Património Cultural, correspondente a um bordo e gargalo de forma fechada, que pelas características formais e pasta se considera poder ter uma cronologia romana.



Figura 4. Elemento de património identificado e localização na planta de projeto

Na restante área apenas foram identificados fragmentos cerâmicos de pequena dimensão e muito rolados, de características formais e pastas incaracterísticas o que dificulta a sua atribuição cronológica. Salienta-se que estes fragmentos se encontram dispersos, sem ter sido identificadas quaisquer áreas de maior concentração de vestígios, estando sempre em conjunto com elementos de cronologia mais recente.

Na área mais a norte da propriedade, ocupada por diversas camadas de aterro, apenas foram identificados abundantes fragmentos de cerâmica de construção, associados a cerâmica doméstica de cronologia recente.

Refere-se, no entanto, que o diagnóstico efetuado poderá não ter correspondência com a realidade patrimonial em virtude de existirem extensas áreas da propriedade cobertas por densas camadas de aterro.

Este facto, ao facto de ter sido identificado um fragmento de cronologia possivelmente romana e à existência, na envolvente da área de estudo, de sítios arqueológicos de ampla diacronia, aconselha a prudência na determinação das medidas de minimização, a aplicar em futuras fases de implementação do projeto, com o objetivo de identificar eventuais ocorrências patrimoniais, que possam estar ocultas sob depósitos recentes.

## 5. Avaliação de Impactes

### 5.11 Património

Como referido no capítulo anterior, apenas foi identificado, com valor arqueológico, um fragmento de bordo de cronologia possivelmente romana e uma dispersão de fragmentos de cerâmica comum cujas dimensões e características os tornam de difícil caracterização cronológica, no entanto, as dificuldades de observação do solo original, de uma considerável área da propriedade, devido à presença de, pelo menos dois níveis de aterro de considerável dimensão horizontal e vertical, não permitem, em nosso entender o correto diagnóstico da situação patrimonial do projeto.

Na presente fase do projeto não existe ainda informação sobre o destino a dar aos depósitos de aterro pelo que as medidas de minimização preconizadas terão em consideração as alternativas da sua remoção ou aproveitamento para regularização de topografia.